

Segurança e Consolidação do Estado: Perspectiva de Cooperação Técnica-Militar Brasil-República Democrática do Congo

*Bruno Luiz de Souza Ronchi**
*Débora Sulzbach de Andrade***
*João Estevam dos Santos Filho****
*Stefano Arroque*****

RESUMO: A República Democrática do Congo é um país que enfrenta sérios problemas ao longo de sua história. Desde sua independência, em 1960, o país atravessou guerras civis violentas e sérias crises políticas que debilitaram o Estado congolês. A remanescência de grupos opositores armados, que dominam partes do território do país, é uma das muitas dificuldades enfrentadas pelo Estado para a manutenção de sua soberania. Sendo a debilidade de suas capacidades militares um indicativo e uma causa dessa dificuldade, vislumbra-se a perspectiva de cooperação técnica-militar entre o Brasil e a RDC enquanto meio para auxiliar a estruturação das Forças Armadas congolêsas e, conseqüentemente, a consolidação do próprio Estado.

PALAVRAS-CHAVE: República Democrática do Congo. Segurança. MONUSCO. Cooperação.

*Graduando do sexto semestre do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Email: bruno.ronchi@outlook.co

**Graduanda do sexto semestre do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Email: deborasulzbachdeandrade@gmail.com

***Graduando do sexto semestre do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Email: joaoestevam08@gmail.com

****Graduando do sexto semestre do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Email: stefano.arroque@gmail.com

1 Introdução

Tendo em vista seu conturbado histórico político desde que se tornou independente, em 1960, a República Democrática do Congo (doravante RDC) apresenta uma série de dificuldades a serem superadas, dentre as quais se destaca a própria afirmação do Estado congolês sobre seu território. Para tanto, é essencial a estruturação de Forças Armadas capazes de prover proteção externa e, internamente, o controle sobre o território. É nesse sentido que se aponta a ideia de cooperação entre o Brasil e a RDC no âmbito técnico-militar, analisando-se os benefícios dessa cooperação para ambas as partes.

Sustentam-se inicialmente duas hipóteses acerca da questão sobre os benefícios mútuos da cooperação técnica-militar entre Brasil e RDC. A primeira delas é a de que, para o Brasil, a cooperação seria benéfica na medida em que contribuiria para a estabilização de seu entorno estratégico, do qual faz parte o Atlântico Sul (BRASIL, 2012). A estabilização da região é um esforço comum entre os dois países - ambos membros da Zona e Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) - e o fortalecimento do Estado congolês e de suas capacidades militares converge para tal esforço. A segunda delas é de que, para a RDC, a cooperação com o Brasil no setor técnico-militar auxiliaria na construção de suas Forças Armadas, dotando-a de capacidade autônoma de defesa e de controle sobre seu território.

A fim de comprovar tais hipóteses, o trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: na segunda seção deste artigo, será apresentado um panorama geral sobre a República Democrática em seus mais variados aspectos - suas características físicas, econômicas, políticas e sociais, além de sua história, desde o período colonial até o presente momento, bem como a estruturação de suas Forças Armadas. Na terceira seção, serão discutidas as relações entre esse país e o Brasil, partindo dos primeiros contatos oficiais entre os dois países até a atualidade. Na quarta seção serão analisados casos já existentes de cooperação técnica-militar entre o Brasil e países africanos, a fim de consolidar a ideia de que tal tipo de relação também poderia existir entre o Brasil e a RDC. Por fim, na quinta seção, serão analisadas as potencialidades existentes em uma cooperação técnico-militar entre os dois países, destacando os benefícios para ambos.

A metodologia utilizada para a realização do presente trabalho inclui a revisão bibliográfica de literatura especializada em República Democrática do Congo, cooperação militar, segurança e operações de paz. Também foram realizadas análises sobre documentos oficiais do governo brasileiro, do Banco Mundial, de órgãos da Organização das Nações Unidas, dentre outros. Além disso, foram feitas análises qualitativas de mapas cartográficos, tanto da República Democrática do Congo como do Atlântico Sul, e de tabelas e gráficos sobre o desempenho econômico e comercial congolês.

2 Sobre a República Democrática do Congo

A República Democrática do Congo, também conhecida como Congo-Kinshasa, ex-Zaire, localiza-se no coração do continente africano. Sua situação geográfica extremamente vantajosa serve como uma ligação entre os territórios da África Austral, Oriental, Equatorial e do Chifre da África. O país faz fronteira com nove países (República do Congo “Brazzaville”, República Centro-Africana, Sudão do Sul, Uganda, Ruanda, Burundi, Tanzânia, Zâmbia e Angola), e possui acesso ao Oceano Atlântico através de uma estreita faixa de terra, onde desemboca o Rio Congo. Esse estreito pedaço de terra divide o território angolano em dois, separando o enclave de Cabinda do resto de Angola. Soma-se à posição geográfica da RDC a sua condição de possuidora de um vasto território, com área de 2.344.858 km², constituindo o maior país da África Subsaariana, o segundo maior da África (atrás apenas da Argélia) e o 11º país do mundo em extensão territorial.

A população da RDC corresponde a um total de 74.88 milhões de pessoas (WORLD BANK, 2014), sendo o quarto país mais populoso do continente. Devido a sua vasta extensão territorial, a diversidade étnica, linguística e cultural da RDC se sobressai. O país possui mais de 200 grupos étnicos, em sua maioria de origem Bantu, tais como Luba, Kongo e Mongo. A língua oficial é o francês, mas também se fala principalmente Lingala, Kingwana, Kikongo e Tshiluba. No âmbito cultural e religioso, verifica-se que 40% da população é católica, 20% é protestante, 10% é islâmica e 30% pratica religiões locais de origem africana. Vale ainda destacar que a população congoleza é bastante esparsa, apresentando uma maior concentração nas regiões de Kinshasa e dos Grandes Lagos.

O território da RDC, além de muito vasto, é muito rico em recursos naturais, que estão esparsamente distribuídos pelo território congolês. Destacam-se matérias primas de uso histórico, como ouro e diamantes; de grande uso na atualidade, como cobre, cobalto, urânio e petróleo; e de relevância central para a era digital, como o caso do *coltan*, uma mistura de nióbio e tântalo, utilizada na fabricação de computadores e *smartphones*.

A abundância de recursos naturais reflete-se na economia do país, que é um grande exportador de matéria-prima com baixo valor agregado, especialmente para a Ásia (destacando-se a China) e a Europa. Aproximadamente 80% de suas exportações correspondem aos seguintes produtos: cobre (minério, bruto e refinado), cobalto e petróleo bruto (OEC, 2013). Já as importações da RDC são extremamente variadas, desde máquinas, produtos químicos e metais, até alimentos e medicamentos, provenientes de países africanos (principalmente África do Sul e Zâmbia), europeus e asiáticos. A balança comercial é positiva, frente à grande quantidade de recursos minerais exportados (OEC, 2013). O PIB da RDC foi de \$32.96 bilhões de dólares em 2014, apresentado a taxa de crescimento de 9% no ano (WORLD BANK, 2014).

Apesar da riqueza em recursos naturais, a RDC encontra-se em uma situação de colapso. Essa riqueza é explorada através de uma economia de enclaves¹, voltada para o mercado externo e marcada pela manutenção de ciclos de conflitos que assolam o país, especialmente a região dos Grandes Lagos. Desse modo, o colapso social pode ser evidenciado pelos altos índices de violência, de pobreza, de doenças (como o HIV) e de refugiados. Desse modo, 75% da população congoleza vive com apenas um dólar por dia (FAO, 2011), estima-se que a população vivendo com HIV beire a quantidade de 450 mil (UNAIDS, 2014) e o número de refugiados seja superior a 423 mil pessoas em países vizinhos (UNHCR, 2015). A calamidade na qual se insere a RDC pode ser expressa pelo baixíssimo IDH, de apenas 0,433 em 2014, um dos piores índices do mundo (UNDP, 2015).

¹ Uma economia de enclave diz respeito a uma região econômica que se diferencia do restante da economia que integra. Em economias subdesenvolvidas, são associadas a regiões com alto nível de inversão estrangeira, fazendo com que o enclave apresente progresso econômico; contudo, a economia que cerca o enclave geralmente apresenta alto grau de pobreza (ANZIL, 2011).

2.1 Histórico político e inserção internacional

A primeira vez que o território que atualmente pertence à RDC foi estabelecido como uma unidade política foi durante o governo da Associação Africana Internacional (que logo após o estabelecimento do domínio passou a se chamar Associação Internacional do Congo), um grupo formado pelo Rei Leopoldo II da Bélgica com a anuência das outras potências e de banqueiros da época. O Rei apresentou a sua ocupação do território como o “maior trabalho humanitário do seu tempo” (HOCHSCHILD, 1999, p. 46), contudo, o seu real objetivo era estabelecer uma colônia belga na África. O território ao redor do rio Congo foi escolhido após uma expedição do explorador galês Henry Morton Stanley, que foi posteriormente convocado para empreender mais viagens e estabelecer o controle de Leopoldo e da Associação sobre a área. Em 1885, a Associação Internacional do Congo foi abolida, e o território passou a ser uma dependência pessoal de Leopoldo II, que se autoproclamou Rei-Soberano do Estado Livre do Congo. Durante esse período, os nativos foram extirpados de toda e qualquer soberania que outrora tiveram, sendo postos sob um regime de escravidão com rigorosas leis a respeito da produtividade diária no seu trabalho de extração. “As punições para quem não cumprisse essas quotas eram severas, indo desde agressões físicas até a decepção das mãos” (MOREL, 1904, p. 110).

Conforme essas práticas foram sendo descobertas e divulgadas pela mídia europeia e norte-americana, a rejeição internacional ao mandato de Leopoldo II cresceu, e com isso surgiu a Associação para a Reforma do Congo, uma organização internacional não governamental formada por intelectuais e ativistas e encabeçada pelo jornalista e político Edmund Morel. O diplomata britânico Roger Casement publicou, em 1904, um relatório com os abusos que presenciara durante sua viagem à colônia. Em 1908, o Rei cedeu à pressão e à ordem do parlamento (que, desde o relatório Casement, já se mostrava contrário às políticas do monarca) e passou o comando do Congo para o Estado, tornando-o uma colônia belga *de jure* (MEDITZ e MERRILL, 1994).

Contudo, poucas mudanças sucederam, e os abusos, ainda que tenham sido atenuados, continuaram. Africanos ainda eram impedidos de estudar mais do que o básico, exercer funções governamentais ou qualquer outro trabalho intelectual

que já fosse executado pelos brancos. Apenas em 1960, com a independência, o Congo se inseriu no Sistema Internacional como uma entidade autônoma e soberana, comandada pelo primeiro-ministro com tendências pró-soviéticas Patrice Lumumba. Esse período foi marcado por instabilidade, ocasionada em parte pelo caos deixado pelos belgas, acompanhado de uma completa ausência de um aparelhamento estatal no país e por disputas entre políticos pró-americanos e pró-soviéticos. Lumumba conseguiu manter-se no poder por três meses, sendo removido e preso pelas forças do então comandante militar Mobutu Sese Seko e posteriormente assassinado por um grupo secessionista contra quem havia lutado, liderado pelo político pró-Occidental Moïse Tshombe. Tshombe, que liderou uma campanha para separar a rica província de Katanga do restante do país (no episódio que ficou conhecido como a Crise do Congo), abandonou suas pretensões para assumir o cargo de primeiro-ministro em 1963. Durante todo o processo os separatistas tiveram apoio econômico e militar da Bélgica (O'BRIEN, 2015), que visava manter presença na região.

O Congo continuou em um estado de conflito civil e sucessão de líderes com mandatos curtos até 1965, quando Mobutu assume a presidência. Durante o seu governo, o Congo teve uma mudança radical de eixo, voltando-se inteiramente para o Ocidente. Os Estados Unidos assumiram o papel de nação com maior envio de ajuda humanitária e consideraram Mobutu como um “bastião contra o comunismo” (FRENCH, 1997). O seu regime empreendeu uma política denominada de “autenticidade”², que visou eliminar todos os traços de colonialismo em benefício de uma identidade exclusivamente africana - chegando, inclusive, a renomear o país como “Zaire” em 1971. Isto condicionou as suas relações com a Bélgica, que foram bastante instáveis, indo do apoio absoluto a tensões diplomáticas, e o seu apoio por grupos nacionalistas africanos e anticomunistas, notavelmente a FNLA, em Angola. No início da década de 1990, após insurgências no país, Mobutu concordou em iniciar um processo de transição. A sua demora em fazê-lo, no entanto, levou à invasão do Congo, comandada pelas forças rebeldes de Laurent Kabila e auxiliada por outros governos africanos. Esse episódio deu início à Primeira Guerra do Congo.

² Do francês *authenticité*.

Essa guerra, ainda que tenha causado grandes danos para o país, foi curta e terminou com a proclamação da RDC e a presença de tropas dos países vizinhos, notavelmente Ruanda e Uganda. Em 1998, Kabila decide expulsar os oficiais estrangeiros do país, o que gera descontentamento nos governos dos respectivos países. A deterioração das relações diplomáticas causa uma invasão do Congo por Ruanda, milícias aliadas a esta, Uganda e outros países. O conflito logo se torna uma guerra entre vários Estados africanos e milícias, incluindo o Exército de Resistência do Senhor, liderado por Joseph Kony, e as Frentes Democráticas para a Libertação de Ruanda, um grupo nacionalista Hutu³. Durante a Segunda Guerra do Congo, a ONU atuou de forma contínua por meio das suas forças de paz, então denominadas MONUC. O resultado da guerra foram os acordos de Pretória, que acertaram a retirada das tropas de Ruanda do país e, principalmente, de Sun City, que estabeleceu o diálogo e o governo de unidade nacional, chefiado por Joseph Kabila. Ainda que tenha havido ação militar posterior aos acordos, eles formaram a base do regime multipartidário congolês atual (UN, 2003).

2.2 Estruturação das forças armadas e consolidação do Estado

Mesmo após o fim formal do conflito, o Congo ainda sofre com um Estado de Violência. Tal situação é derivada de dois fatores fundamentais: primeiramente, grande parte dos grupos combatentes da Segunda Guerra do Congo foram inseridos automaticamente nas forças armadas e nas instituições do país. Dessa maneira, esses grupos passaram a controlar parcelas inteiras do Estado. Em segundo lugar, os grupos não inseridos no Estado não foram derrotados, devido à incapacidade das forças armadas do Congo de neutralizá-los e à existência de interesses externos na manutenção desses grupos (SILVA, 2011).

Dessa maneira, um dos imperativos da RDC é uma Reforma do Setor de Segurança. Entretanto, ao analisar as principais questões securitárias do Estado congolês, nota-se que duas questões principais devem ser levadas em conta na realização de tal reforma: primeiro, a deficiência de um aparato estatal, capaz de assegurar minimamente a coerção interna e externa do território; segundo, a

³ As FDLR, após o final da guerra, iniciaram uma violenta campanha na região de Kivu, com conflitos esporádicos que se estendem até os dias atuais.

completa ineficiência e falta de estrutura das forças armadas congoleesas. É importante frisar que um fator leva a outro: a inexistência de uma burocracia estatal impede a formação de forças armadas nacionais com monopólio do poder de coerção e a ausência destas é uma barreira a uma melhor estruturação da burocracia estatal.

Historicamente, a ineficiência da estrutura militar do Congo advém das políticas adotadas por Mobutu, que provocou a destruição deliberada do exército nacional a partir de 1975. Suas reformas reduziram o exército congolês ao efetivo de apenas quatro brigadas - ou seja, 20 000 homens. Essas medidas justificaram-se pelo receio do ditador quanto ao surgimento de elites que pudessem concorrer pelo seu poder. Além disso, ele também investiu contra os centros de formação militar e colocou o foco das forças armadas nas medidas de contrainsurgência (o que acabou por minar a capacidade coercitiva externa do Congo). Dessa forma, as forças armadas do país passaram a ter um enfoque predominantemente interno. Tal fato foi que levou à utilização de grupos paramilitares por Mobutu, durante a Primeira Guerra do Congo - e por Laurent Kabila, na Segunda Guerra do Congo.

Dessa maneira, o atual estado das forças armadas congoleesas é desolador. Apesar de serem as maiores da África Central, “dado o tamanho do país e os baixos níveis de treinamento, da moral e dos equipamentos, as Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC) são incapazes de prover segurança para o país” (IISS, 2014, p. 442). A maior parte de seus equipamentos militares encontra-se em estado de defasagem e a incorporação de um grande número de grupos armados não estatais ao exército faz com que haja uma grande descentralização nessa instituição. Além disso, as forças armadas congoleesas possuem uma capacidade de combate limitada (IISS, 2014).

Dessa maneira, tanto fatores institucionais quanto técnicos têm impedido as forças armadas da República Democrática do Congo de cumprir alguns dos objetivos estratégicos do país, como o estabelecimento da soberania completa do Estado sobre o seu território - o que implica na capacidade de prover segurança aos seus cidadãos e de eliminar os grupos armados que ameaçam o Estado. Entretanto, essa deficiência militar do Congo mostra-se também como uma possibilidade de cooperação com outros países - inclusive emergentes. É nesse contexto que podemos falar de um potencial para relações de cooperação no âmbito técnico-militar entre

o Brasil e a RDC como possibilidade para a geração de segurança para o Congo. Tal abordagem de garantia de segurança diferencia-se bastante daquela abordada pela ONU em sua missão de paz implementada no país⁴.

3 Relações bilaterais com o Brasil

No que se refere às relações bilaterais entre a RDC e o Brasil, consideradas a partir da independência congoleza (junho de 1960), o que se observa é um relativo contraste com as relações entre este último e o continente africano de modo geral. Pelo menos até a década de 1980, os movimentos de aproximação e afastamento entre os dois países estiveram muito mais relacionados às afinidades ideológicas de seus governos do que propriamente da orientação geral de suas políticas externas.

A independência congoleza foi reconhecida pelo Brasil em agosto de 1960, menos de um mês após sua declaração, em um período em que tanto no Brasil quanto na RDC tiveram lugar governos progressistas. Nesse primeiro período, a RDC assume uma posição de destaque para a política externa brasileira, evidenciado pelo envio de cerca de 200 militares da FAB para a composição das forças da Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC).

Paradoxalmente, o primeiro período de maior aproximação entre os dois países ocorre justamente quando, em ambos, se verifica uma orientação de alinhamento aos interesses norte-americanos e de alheamento da cooperação com países terceiro-mundistas. É nesse contexto, dos governos Castelo Branco, Costa e Silva e Médici no Brasil e de Mobutu no Congo, que se processa a abertura da embaixada do Brasil em Kinshasa, em 1972, e a daquele em Brasília, em 1974 (MRE, 2015).

O rompimento do alinhamento dos perfis de governo e de política externa entre os governos dos dois países, a partir da segunda metade da década de 1970, marca um período de inflexão e arrefecimento das relações bilaterais. Enquanto Mobutu exacerba sua orientação anticomunista, Geisel estabelece o Pragmatismo Responsável, ampliando as perspectivas de relação com o continente africano. Nesse

⁴ Em 1999, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a criação da Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC), que a partir de 2010 passou a ser chamada de Missão das Nações Unidas para a Estabilização da República Democrática do Congo (MONUSCO). Assim como as demais missões de paz, esta é direcionada pela visão da “paz liberal” - tendo o liberalismo de mercado como um modelo de sociedade que garantiria a segurança (sobretudo interna) do país (BELLAMY *et al*, 2010).

sentido, o reconhecimento do governo angolano do MPLA, em 1975, por parte do Brasil, e o apoio político e militar ao FNLA em Angola e ao regime do *Apartheid* na África do Sul, por parte da RDC, acabou afastando diplomaticamente os dois países, restringindo suas relações ao âmbito comercial.

Nova aproximação se verifica já no início da década de 1980, a partir do governo Figueiredo no Brasil e em um contexto de enfraquecimento do regime de Mobutu e do arrefecimento de seu antagonismo com o MPLA. Nessa nova fase, destacam-se as duas primeiras reuniões da Comissão Mista Bilateral, em 1980, em Brasília, e em Kinshasa, em 1987. Ainda nessa nova fase, destaca-se a aproximação dos dois países no âmbito da ZOPACAS, estabelecida em 1986 por meio da Resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas com o objetivo de preservar a paz no Atlântico Sul (MRE, 2015).

A partir da década de 1990, no entanto, com o agravamento da situação política da RDC e o gradual afastamento do Brasil com relação ao continente africano sob os governos neoliberais, verifica-se novo retrocesso nas relações bilaterais - simbolizado pelo fechamento da embaixada brasileira em Kinshasa, em 1997. Somente a partir do governo Lula é que as relações são restabelecidas de fato: além da reabertura da embaixada brasileira em Kinshasa, em 2004, destacam-se visitas ministeriais de ambos os países, a realização da III Sessão da Comissão Mista Brasil-RDC, em Brasília, em 2011, além do reescalonamento, por parte do governo brasileiro, da dívida congoleza, em 2013.

No que se refere especificamente às relações comerciais entre os dois países, entre 2003 e 2010 (primeiro e segundo governos Lula no Brasil, governo de Joseph Kabila no Congo), observa-se padrões consideravelmente distintos entre as exportações da República Democrática do Congo para o Brasil e as importações congolezas de produtos brasileiros. Segundo dados do Observatório de Complexidade Econômica, do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), enquanto as exportações apresentam um pico extremamente considerável entre os anos de 2006 e 2007 (respectivamente US\$ 117 milhões e US\$ 156 milhões - destaque-se, nesses dois anos, a importância do petróleo cru nas exportações congolezas, representando 96% delas em 2006 e 99,1% em 2007), as importações mantêm um ritmo de crescimento relativamente constante desde 2003, com um pico de

US\$ 53,7 milhões em 2009. A partir de 2008, o que se verifica, no que se refere às exportações, é uma queda brusca na participação do petróleo na pauta, que passa a se concentrar em metais, especificamente cobalto e cobre. Tal inflexão modifica sensivelmente a balança comercial entre os dois países, com o Congo apresentando uma situação deficitária desde 2008 até 2010 (OEC, 2015).

4 Perspectivas de cooperação técnica-militar Brasil-RDC

Conforme exposto ao longo deste trabalho, a RDC necessita de uma Reforma do Setor de Segurança que lhe garanta as condições necessárias para que o Estado detenha, de fato, a completa soberania sobre o seu território. Entretanto, para tal reforma ser viabilizada, ela precisa ser feita com a ajuda de outros Estados. Dentre os atores potenciais que podem auxiliar o Congo na reestruturação do seu aparato militar está o Brasil. Para entender melhor essa oportunidade para ambos os países, serão analisados dois casos de cooperação técnica-militar entre o Brasil e um país africano: Namíbia e Angola.

Em 1991, pouco tempo após a sua independência, o governo da Namíbia solicitou o auxílio da Marinha do Brasil na estruturação de suas próprias forças navais. Dessa forma, em 1992, foi assinado o primeiro acordo de cooperação naval entre os dois países; desde então, o Brasil tem sido responsável em grande parte pela construção da Marinha da Namíbia (ABDENUR e SOUZA NETO, 2014). O Brasil tem ajudado este país na estruturação de sua Marinha através do fornecimento de meios navais de defesa. Um exemplo disso é a construção do Navio-Patrolha Brendan Simbwaye pela Marinha do Brasil com a finalidade de ser exportado para a Namíbia. Também tem havido um maior envolvimento de empresas brasileiras com a Namíbia, como é o caso da EMGEPRON (Empresa Gerencial de Projetos Navais). Além dessa cooperação em materiais de defesa, a Marinha Brasileira também tem assistido o país africano com ajuda técnica, principalmente na formação de militares namibianos.

No caso de Angola, destaca-se a cooperação entre os ministérios da defesa dos dois países no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Poder Naval de Angola (PRONAVAL). Nesse sentido, o Memorando de Entendimento Técnico assinado em setembro de 2014, apoiado sobre o Acordo de Cooperação firmado pelos

dois países em 2010, evidencia as bases da cooperação naval entre Brasil e Angola. Segundo o Memorando, o Programa prevê a “assessoria técnica, fornecimento de materiais, qualificação de pessoal, desenvolvimento de projetos, capacitação de recursos humanos e outras atividades correlatas ao setor” (BRASIL; ANGOLA, 2014, p.1). A coordenação do Programa fica a cargo, do lado brasileiro, da EMGEPROM e inclui a construção de embarcações militares, sobretudo navios-patrolha, além da construção e reparação de embarcações de utilidade comercial, e de estaleiros. Além disso, o programa envolve a capacitação de recursos humanos e a criação de um Sistema de Vigilância Marítima (BRASIL; ANGOLA, 2014).

Portanto, uma vez que a assistência brasileira a países africanos já é uma realidade, pode-se inferir que um auxílio para a formação das forças armadas congoleesas também poderia o ser. Além de ambos os países poderem obter benefícios dessa relação, é interessante notar que o Brasil já possui uma base industrial de defesa capaz de fornecer os meios necessários para a consecução desse tipo de cooperação, mas que, tal cooperação vem em auxílio de uma necessária revitalização da base industrial de defesa brasileira, uma vez que a demanda por esse tipo de material serviria como um incentivo para a exportação - e, conseqüentemente, aumento da produção - desses produtos.

Assim, empresas como a Imbel poderiam fornecer armas de fogo para as forças terrestres; a Embraer poderia entrar com a exportação de aeronaves de combate (principalmente modelos leves, como o Super Tucano); e a Odebrecht e a EMGEPROM poderiam exportar equipamentos navais para a marinha do país. Importante notar que materiais desenvolvidos pelo Brasil, como as aeronaves de combate Super Tucano, já foram empregados em confrontos com grupos armados não-estatais⁵. Ademais, que o país sul-americano tem acumulado uma experiência significativa no desenvolvimento de sistemas eficientes na luta contra ameaças não convencionais, como Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), o que daria vantagem ao país sul-americano para uma potencial cooperação com o Congo em relação a outros Estados.

⁵ Essas aeronaves foram adquiridas e empregadas pela Força Aérea da Colômbia na luta contra as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

Ademais, o Brasil possui instituições militares consolidadas o suficiente para prestar o devido auxílio para países com uma estrutura militar precária, como o Congo. A nomeação do General de Divisão Carlos Alberto dos Santos Cruz como comandante da Força militar da MONUSCO, em 2013, antes comandante na MINUSTAH⁶ até 2009, evidencia a potencialidade dos militares brasileiros para atuarem em países em dificuldades humanitárias (UN, 2013). A experiência de militares no Congo prepara as Forças Armadas brasileiras para o combate, em níveis técnicos e operacionais, e, ao mesmo tempo, concede informação e conhecimento sobre a realidade congoleza, aproximando o Brasil da RDC.

Além desse fator, um outro que demonstra a importância de uma cooperação técnico-militar com o Congo para o Brasil é a possibilidade que tal relação pode trazer para o comércio entre os dois países. Isso porque essa relação de natureza mais relacionada à segurança pode trazer uma intensificação do intercâmbio de bens e serviços entre os dois países - o que também seria extremamente benéfico para o Brasil, tendo em vista que, com a quarta maior população da África, a RDC possui um grande mercado consumidor. Além disso, por ter sido um dos países mais atingidos por guerras inter e intra estatais, também possui uma grande demanda quanto à construção de infraestrutura, sobretudo econômica, o que seria benéfico para o setor de construção do Brasil. Também não se pode esquecer que, sendo o maior país da África Subsaariana, a garantia da segurança congoleza seria bastante significativa para a estabilização do continente africano como um todo.

5 Considerações finais

Tendo em vista os elementos apresentados, percebe-se que a cooperação técnica-militar entre o Brasil e a RDC seria bastante benéfica para ambos. Para o primeiro, seria uma forma de ajudar na revitalização de sua base industrial de defesa, uma vez que a demanda por material de defesa teria por consequência tanto vantagens quantitativas quanto qualitativas na produção de defesa brasileira. Ademais, uma cooperação no nível técnico, com o fornecimento de cursos de capacitação para os militares congolezes, além de qualificar os profissionais brasileiros, contribuiria

⁶ A Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH).

para aumentar a influência política brasileira no continente africano - podendo, inclusive, abrir espaço para outros casos de cooperação. Ademais, uma relação desse tipo com a RDC também agiria no sentido de aumentar a segurança do Atlântico Sul - o que é de extremo interesse para o Brasil, pois estaria dotando esse país dos meios necessários para proteger as águas de seu entorno estratégico.

Já para o Congo, isso significaria uma oportunidade de, não apenas reestruturar institucionalmente suas forças armadas, mas também uma possibilidade de modernização de seus materiais e equipamentos de defesa. Com isso, abrir-se-iam, para a RDC, as portas para a consolidação e melhor estruturação do próprio aparato burocrático estatal, a fim de melhorar a sua eficiência. O país também poderia, dessa maneira, obter meios de garantir a coerção interna e externa, uma vez que tal cooperação entre o Brasil e o Congo dotaria o último de meios para garantir tais poderes de coerção, sobretudo no longo prazo. A cooperação entre os dois países na questão militar também poderia abrir oportunidades de relações em outras áreas, como na de infraestrutura - em que as empresas brasileiras desempenham um importante papel em países como Angola e Moçambique.

Security and State Consolidation: Brazil-Democratic Republic of Congo Military-Technical Cooperation Perspectives

ABSTRACT: The Democratic Republic of the Congo is a country that faces serious problems throughout its history. Since its independence in 1960, the country went through violent civil wars and serious political crises that weakened the Congolese State. The remanence of armed opposition groups, which dominate parts of the country's territory, is one of the many difficulties faced by the State to maintain its sovereignty. The weakness of its military capabilities is an indication and cause of this difficulty, and in this sense it is envisioned the perspective of military-technical cooperation between Brazil and the DRC as a means to help structuring Congolese Armed Forces and hence the affirmation of State itself.

KEYWORDS: Democratic Republic of the Congo. Brazil-DRC bilateral relations. MONUSCO. Cooperation

Referências

ABDENUR, Adriana Erthal; SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. O Brasil e a cooperação em defesa: A construção de uma identidade regional no Atlântico Sul. **Rbpi**, Brasília, v. 1, n. 57, p.5-21, 2014.

ANISTIA INTERNACIONAL. *Informe 2014/15: O Estado dos Direitos Humanos no Mundo*. Londres: Amnesty International, 2015.

ANZIL, Frederico. *Economía de Enclave*. Zona Econômica, 2011. Disponível em: <http://m.zonaeconomica.com/economia-enclave?_ga=1.260746317.1905723267.1466387860>. Acesso em: 19 jun. 2016.

BELLAMY, Alex J.; WILLIAMS, Paul D.; GRIFFIN, Stuart. *Understanding Peacekeeping*. Malden: Polity Press, 2010.

BRASIL. *Livro Branco de Defesa Nacional*. Brasília: Ministério da Defesa, 2012.

BRASIL; ANGOLA. *Memorando de entendimento técnico entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministério da Defesa Nacional da República de Angola no âmbito da cooperação sobre o Programa de Desenvolvimento do Poder Naval de Angola - PRONAVAL*. Brasília: Ministério da Defesa, 2014.

FAO. *The Appeal for the Democratic Republic of the Congo*. Roma: UN, 2011.

FRENCH, Howard W.. Mobutu Sese Seko, 66, Longtime Dictator of Zaire. *The New York Times*. New York. 08 set. 1997. Disponível em: <<https://partners.nytimes.com/library/world/090897obit-mobutu.html>>. Acesso em: 08 dez. 2015.

HOCHSCHILD, Adam. *King Leopold's Ghost*. Boston: Mariner, 1998.

IISS. *The Military Balance 2015*. Londres: IISS, 2014.

MEDITZ, Sandra; MERRILL, Tim. *Zaire: A Country Study*. Washington: US Government Printing Office, 1994.

MOREL, Edmund Dene. *King Leopold's rule in Africa*. Londres: Heinemann, 1904. Disponível em: <<https://archive.org/details/kingleopoldsrule00moreuoft>>. Acesso em: 05 dez. 2015.

MRE. *República Democrática do Congo*, 2015. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4956&Itemid=478&cod_pais=COD&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR>. Acesso em: 27 out. 2015

_____. *Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul*, 2013. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/151-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul>>. Acesso em: 27 out. 2015

O'BRIEN, Conor Cruise. *To Katanga and Back: A UN Case History*. Londres: Faber & Faber, 2015.

SILVA, Igor Castellano da. *Guerra e construção do Estado na República Democrática do Congo: A definição militar do conflito como pré-condição para a paz*. 2011. 178 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

_____, Igor Castellano da. *Congo: Guerra Mundial Africana: conflitos armados, construção do estado e alternativas para a paz*. Porto Alegre: Leitura XXI/Cebrafica /UFRGS, 2012.

THE WORLD BANK. *Democratic Republic of Congo*, 2015. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/country/drc>>. Acesso em: 27 out. 2015.

UN. *Inter-Congolese Political Negotiations: The Final Act*. Sun City: UN, 2003.

_____. *ONU nomeia General Brasileiro para comandar Forças de Paz na República Democrática do Congo*. Nova York: UN, 2013. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-nomeia-general-brasileiro-para-comandar-forca-de-paz-na-republica-democratica-do-congo/>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

UNAIDS. *Democratic Republic of Congo*, 2015. Disponível em: <<http://www.unaids.org/en/regionscountries/countries/democraticrepublicofthecongo>>. Acesso em 4 dez. 2015

UNDP. *Congo (Republic Democratic of)*. Human Development Reports, 2015. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/all/themes/hdr_theme/country-notes/COD.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2015.

UNHCR. *DRC Regional Refugee Response*, 2015. Disponível em: <<http://data.unhcr.org/drc/regional.php>>. Acesso em: 4 dez. 2015.